

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Mestrado em Mercados de Arte
Ano lectivo 2016/2017

O Forte de Santa Apolónia

Diagnóstico e propostas de intervenção

Unidade Curricular de Projectos Culturais de Património

Docente: José Soares Neves

Mariana Marin Diniz Aires Ferreira

Nº aluna 76174

Data de entrega: 15 de Junho de 2017

ÍNDICE

1	Introdução.....	2
2	Enquadramento do projecto.....	3
2.1	O Forte de Santa Apolónia.....	3
2.2	Localização e caracterização da zona de intervenção.....	4
2.3	Enquadramento legislativo.....	5
2.4	Intervenções realizadas.....	6
3	Identificação das necessidades de intervenção.....	9
3.1	Objectivos.....	9
3.2	Stakeholders e público-alvo.....	10
4	Propostas de solução.....	12
5	Conclusão.....	14
6	Bibliografia e Webgrafia.....	16
6.1	Bibliografia.....	16
6.2	Webgrafia.....	16
7	Anexos.....	18

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu das minhas observações pessoais acerca do Forte de Santa Apolónia, e do estado de degradação e abandono em que se encontra atualmente. Sendo uma das moradoras do Edifício Concorde, que se localiza sobre o Baluarte de Santa Apolónia, confronto-me com o espaço diariamente, e foi este confronto que originou a vontade de investigar a história do espaço e tentar entender o motivo pelo qual se mantém tão degradado.

É importante referir que de acordo com o Artigo 45º da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, publicada em em Diário da República a 8 de Setembro de 2001, “Os estudos e projectos para as obras de conservação, modificação, reintegração e restauro em bens classificados (...) são obrigatoriamente elaborados e subscritos por técnicos de qualificação legalmente reconhecida ou sob a sua responsabilidade directa”. Não me encontrando numa posição legalmente reconhecida para tal, quero salientar que este trabalho é puramente académico, não podendo ser considerado como um projecto (ou parte de um projecto) de intervenção sobre o Forte.

Estando também limitada a nível temporal, decidi concentrar-me na fase inicial de qualquer projecto, onde tento realizar um enquadramento que permita uma elaboração de facto de um projecto completo. Sendo assim, este trabalho tem como objectivo final a realização de um diagnóstico acerca da atual situação do Forte, com vista a contextualizar o espaço na história de Lisboa e tentar entender de que forma as entidades competentes têm intervindo sobre o mesmo. Pretendo tirar conclusões, de acordo com os resultados da minha investigação, sobre as necessidades de intervenção do Forte de Santa Apolónia, e apresentar algumas propostas de intervenção, com vista a abrir portas para uma possível elaboração e aplicação de um projecto, por parte de agentes e técnicos competentes, que responda a essas necessidades.

2 ENQUADRAMENTO DO PROJECTO

2.1 O FORTE DE SANTA APOLÓNIA

O Forte de Santa Apolónia, também denominado "Baluarte de Santa Apolónia" ou "Bateria do Manique" foi mandado edificar entre 1652 e 1668. Inseria-se numa linha de defesa do rio, planeada durante as Guerras da Restauração, e que envolvia a construção de 32 baluartes, começando em Alcântara e terminando na Cruz da Pedra. Este plano, da autoria de Charle Legarte, de Jean Gilor e de Jean Cosmander, foi posteriormente reduzido para 16 baluartes. No entanto, a obra não foi completada na sua totalidade, sendo apenas construídos os baluartes do Sacramento e do Livramento, em Alcântara, o forte da Cruz da Pedra (que foi posteriormente demolido aquando a construção dos caminhos de ferro) e o Forte de Santa Apolónia, que nunca chegou a ser concluído.

Inicialmente construído na Quinta do Manique (pertencente aos viscondes de Manique), foi adquirido no século XIX por Conceição e Silva e, em 1898, foi novamente comprado por George Hall. Em 1942, após vários anos em que se considerava já ter desaparecido na sua totalidade, o Forte foi descoberto, e acrescentaram ao mesmo dois portais em cantaria do século XVII. Passa para a posse da Câmara Municipal de Lisboa (CML) em 1968, e durante a década de 80 é construído em cima do Forte o edifício Concorde, um prédio habitacional de 14 andares. Foi apenas em 1996, quando a construção do Edifício Concorde já se encontrava finalizada, que o Forte de Santa Apolónia foi classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP).

Atualmente pouco resta da antiga estrutura do forte, que é o último exemplar que resta das fortificações terrestres seiscentistas¹. A pressão urbanística dos últimos anos resultou no desaparecimento de quase toda a sua estrutura. Em 1945, certos elementos do Forte ainda eram visíveis, mas estes desapareceram quase na sua totalidade, como é possível observar comparando as duas fotografias em baixo, que foram tiradas do mesmo local mas em anos diferentes (Figuras 1 e 2). O único elemento que resta da estrutura original do Forte é parte das muralhas do lado Este. Estas estão, no entanto, extremamente degradadas e danificadas². Os restantes elementos já desapareceram, e parte das muralhas já foram substituídas por muros de cimento em intervenções para impedir que esses muros ruíssem³.

¹ Ribeiro, J., *Em Busca... da Freguesia de São João*, 1993 (página 25)

² Ver fotografias 1 a 3 - Anexo A

³ Ver fotografia 4 – Anexo A



Figura 1
Fotografia do Forte de Santa Apolónia
em 1945
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



Figura 2
Fotografia do Forte de Santa Apolónia
em 2017
Fonte: Fotografia da autora

2.2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DE INTERVENÇÃO

O Forte de Santa Apolónia localiza-se na freguesia da Penha de França, na zona oriental da cidade de Lisboa. É delimitado a Norte pela Avenida Afonso III, a Sul e a Este pela Rua do Forte de Santa Apolónia, e a Oeste pela Calçada das Lajes.



Figura 3
Delimitação da Freguesia da Penha de França –
Imagem Satélite
Fonte: Google Maps – imagem alterada pela
autora



Figura 4
Forte de Santa Apolónia – Imagem Satélite
Fonte: Google Maps – imagem alterada pela
autora

A Freguesia da Penha de França resulta da agregação das antigas Freguesias da Penha de França e de S. João. Abrange 3% do território e 5% dos edifícios da cidade de Lisboa, e tem uma população de quase 28 000 habitantes⁴, sendo que a maioria destes encontra-se na faixa etária dos 15 aos 64 anos.

No que toca à zona onde se localiza o Forte de Santa Apolónia, é uma área habitacional, sendo que o Forte em si está confinado entre diferentes prédios habitacionais (para além do Edifício Concorde, que se localiza dentro dos limites do Forte). A zona envolvente tem também, para além de alguns serviços, diversas escolas, como é o caso da EB 2/3 Patrício Prazeres ou o Jardim de Infância EB Prof. Oliveira Marques⁵. Sobre o Forte encontram-se atualmente pequenas hortas, cujos donos são habitantes das zonas envolventes, passeios pedonais que ligam a Rua do Forte de Santa Apolónia, a Calçada das Lajes e a Avenida Afonso III e alguns bancos de jardim. A restante área do Forte encontra-se coberta por ervas.

Atualmente consiste principalmente numa zona de passagem pedonal. Para além disso, o espaço é usado pelos donos das hortas, pelos habitantes das zonas envolventes para passear cães e pelos jovens das escolas que se localizam perto do Forte como espaço de lazer.

2.3 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

A legislação básica para a elaboração de um projecto de intervenção sobre o Forte de Santa Apolónia é a classificação do mesmo como IIP, publicado em Diário da República em 1996, e a da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural. Esta última define, os princípios que regem a classificação e proteção de bens culturais, especificando, entre outras, os deveres e direitos das diferentes entidades sobre os bens culturais ou as disposições comuns para intervenções e obras sobre os mesmos.

Estando o Forte de Santa Apolónia classificado como IIP, de acordo com o Artigo 15º, alínea 5 da da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, então “(...) a respectiva proteção e valorização [representa] ainda um valor cultural de importância nacional (...)”. Também o Artigo 18º, alínea 1 da mesma lei considera que o acto de classificação de um bem cultural corresponde à determinação de que esse bem possui um inestimável valor cultural.

⁴ Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-da-penha-de-franca>
[Data de consulta: 13 de Junho de 2017]

⁵ Fonte: <http://www.jf-penhafranca.pt/index.php/freguesia/escolas>
[Data de consulta: 13 de Junho de 2017]

A classificação do Forte de Santa Apolónia como IIP significa então que o mesmo foi considerado, de facto, como um bem cultural patrimonial de importância histórica. Isto implica que o Forte de Santa Apolónia não só é testemunho “(...) com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante (...)”, mas que também deve ser objecto de “(...) especial protecção e valorização.”⁶.

É também na Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural que está definido que estudos e projectos de intervenções sobre bens classificados têm de ser elaborados por técnicos legalmente reconhecidos, e que devem ser objecto de acompanhamento do órgão competente pela decisão final do mesmo⁷. Sendo assim, o envolvimento das entidades competentes (a CML, a DGPC e a Junta de Freguesia da Penha de França) e o acompanhamento por técnicos reconhecidos é essencial para a intervenção sobre o Forte. Estas três entidades partilham a tutela do Forte, e estão responsáveis pela protecção e valorização do mesmo, sendo de sua responsabilidade articular entre si a adopção e execução de planos de preservação e intervenção⁸.

No que toca ao Edifício Concorde, este foi construído antes da classificação do Forte de Santa Apolónia como IIP, não estando abrangido pela proibição de construção sobre bens classificados. No entanto, estando localizado sobre património classificado, para novos moradores adquirirem uma das fracções do Edifício Concorde é necessário contactar a DGPC, sendo que esta emite um documento oficial onde abdica da opção de compra que tem sobre as fracções do imóvel. Desta forma a DGPC controla a compra e venda de fracções do Edifício, controlando a situação do imóvel construído sobre o Forte, mas sem impedir novos moradores de adquirirem fracções.

2.4 INTERVENÇÕES REALIZADAS

Desde que passou para a posse da CML, e principalmente desde o início dos anos 2000 que tem havido inúmeros pedidos por parte de agentes interessados às autoridades competentes para se realizar uma intervenção no Forte. Estes pedidos têm partido de diversas fontes, desde os moradores do Edifício Concorde, através da Administração do Condomínio do mesmo, até diferentes entidades associativas. Chegaram a existir também propostas de intervenção para o Orçamento Participativo de 2016, mas que, aparentemente, não tiveram resultados. Apesar destes inúmeros pedidos e chamadas de atenção para a

⁶ De acordo com o Artigo 2º, alínea 1 da da Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural.

⁷ De acordo com o Artigo 45º, alíneas 1 e 1 da da Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural

⁸ De acordo com o Artigo 93º da da Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural.

degradação em que se encontra o Forte de Santa Apolónia, as intervenções que se realizaram de facto consistiram em pouco mais do que prevenir a queda de parte das muralhas, que punha em causa o bem-estar da população.

Desde que o Forte foi declarado IIP, em 1996, pouco se fez para manter e reabilitar o monumento, tendo no entanto existido algumas propostas e pressão da parte de certos agentes. Em 2009, foram planeados e elaborados Termos de Referência para o Plano de Pormenor da Calçada das Lajes. A área de intervenção deste plano é de 12.3 ha e inclui a zona do Baluarte de Santa Apolónia. Propõe a elaboração de um Plano de Pormenor que responde à necessidade de revitalização dos espaços considerados, identificando grandes carências a nível de desenho urbano e a necessidade de dignificar o património histórico da cidade. No que toca ao Forte de Santa Apolónia, foco deste trabalho de diagnóstico, este Plano teria como objectivo estabilizar o tecido urbano envolvente, completar os quarteirões entre a Fundação Júlia Moreira e o Forte construindo novos edifícios, com número de pisos variáveis, criar um novo espaço verde, definir arruamentos de acesso local e valorizar os espaços com vista sobre o rio Tejo e a margem Sul (entre os quais se inclui o Forte de Santa Apolónia). Por fim o documento prevê um prazo para a elaboração do Plano de Pormenor de 300 dias, divididos por 4 fases, acrescidos do tempo necessário para os pareceres internos da CML. Os Termos de Referência do Plano de Pormenor da Calçada das Lajes, após a sua elaboração em Dezembro de 2009, foram a deliberação pela CML em Janeiro de 2009, sendo aceite e prevista a elaboração do Plano de Pormenor, e foi publicado em Diário da República a 17 de Março de 2010. No entanto, a elaboração deste Plano de Pormenor não se realizou, bem como não se registou nenhuma intervenção sobre o espaço considerado (que incluía o Forte de Santa Apolónia) como resultado da existência dos Termos de Referência.

Desde a elaboração dos Termos de Referência referidos houve apenas duas intervenções realizadas sobre o espaço do Forte de Santa Apolónia. A primeira, completada em 2016, consistiu na reabilitação do muro em frente do Edifício Concorde e de muros dispersos sobre o espaço do Forte. No entanto, esta intervenção resultou de uma necessidade, visto o muro estar prestes a ruir, pondo em causa o espaço e o bem-estar dos moradores da zona, principalmente do Edifício Concorde, que passam frequentemente ao pé do muro. A questão do perigo do muro ruir já tinha sido levantada em 2011, numa sessão ordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, devido a uma queda de parte do mesmo muro que já tinha ocorrido. Em 2015 foram realizadas pequenas obras, mas o muro continuava em risco de ruir, o que levou a que se fechasse a rua em frente ao mesmo. Esta rua esteve fechada ao trânsito durante cerca de um ano, e foi apenas em 2016 que a intervenção sobre o resto do muro foi realizada, resultando numa construção de

cimento que em nada se relaciona com o espaço envolvente (a nível patrimonial e urbano), e que torna a zona perigosa, visto a área não estar protegida⁹.

A segunda intervenção consistiu num projecto que pretendia recuperar vestígios da antiga estrutura de patamares da Quinta do Manique e criar um espaço de lazer sobre o Forte. Este projecto foi concretizado, e foram instaladas 11 hortas comunitárias, caminhos pedonais que ligam a Calçada das Lajes, a Avenida Afonso III e a Rua do Forte de Santa Apolónia e foram colocados bancos de jardim dispersos. Esta intervenção foi realizada em 2014, e as hortas ainda existem atualmente¹⁰.

⁹ Ver fotografia 5 – Anexo A

¹⁰ Ver fotografia 6 – Anexo A

3 IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO

Após a investigação apresentada no capítulo 2, considero que de facto existe uma necessidade premente de intervenção na zona do Forte de Santa Apolónia. A importância patrimonial do espaço para a cidade de Lisboa, aliado ao facto de se encontrar numa zona habitacional e de interesse estratégico para a Junta de Freguesia da Penha de França (pelo facto de estar perto do rio e do Museu do Azulejo, um dos principais pontos turísticos de Lisboa) justifica uma intervenção que valorize toda a zona. Uma intervenção que tenha como foco a preservação e valorização do Forte de Santa Apolónia está também em linha com o que é previsto na Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, que define tal como responsabilidade das entidades competentes¹¹.

A tutela de qualquer intervenção sobre o Forte de Santa Apolónia, como já referi no ponto 2.3, teria de ser articulada entre as diferentes entidades públicas que podem estar envolvidas. Neste caso, uma intervenção poderia estar sobre a tutela da CML, da DGPC, da Junta de Freguesia da Penha de França ou de uma articulação entre estas.

3.1 OBJECTIVOS

Atualmente, como já foi referido, pouco mais existe da antiga estrutura do Baluarte de Santa Apolónia do que parte das muralhas. Por este motivo, o interesse de uma intervenção sobre o Forte recairia principalmente sobre dois aspectos: por um lado, a preservação do que resta das muralhas, de forma a impedir mais degradação das mesmas e a preservação da memória, dentro do possível, deste património¹²; por outro lado, a valorização do espaço do Forte e do espaço envolvente¹³. O primeiro aspecto prende-se com a necessidade de preservar o que resta do Forte. Encontrando-se num estado de degradação tão avançado, e tendo em consideração que a antiga estrutura já desapareceu quase totalmente, uma total reabilitação do espaço, na minha opinião, não se justificaria. O segundo aspecto seria principalmente relevante para os moradores das zonas envolventes (que têm feito sucessivas chamadas de atenção para o estado do Forte), pois uma intervenção sobre o Forte com o intuito da valorização desse espaço teria um impacto positivo não só na qualidade de vida dos mesmos, mas também a nível imobiliário, do espaço urbano e turístico.

¹¹ De acordo com o Artigo 3º da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

¹² De acordo com o Artigo 6º, alínea e) da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

¹³ De acordo com o Artigo 12º da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

Uma intervenção sobre o Forte de Santa Apolónia teria também outro tipo de impactos positivos. A Freguesia da Penha de França tem demonstrado interesse em valorizar a freguesia a nível turístico, considerando essencial a criação de um roteiro turístico para a mesma. Este incluiria, entre outros, o Forte de Santa Apolónia como ponto de interesse da freguesia. No entanto, no estado em que o espaço se encontra atualmente, pouco tem a oferecer. A preservação das muralhas e a criação de um espaço verde e de lazer sobre o Forte traria valor urbano e turístico à freguesia, podendo ser apresentado como um espaço de interesse patrimonial e de lazer.

Os objectivos de uma intervenção seriam, por isso, a preservação da estrutura restante do Forte de Santa Apolónia (as muralhas) e a valorização do espaço, com vista a melhorar a qualidade de vida e do espaço urbano que envolve o Forte.

3.2 STAKEHOLDERS E PÚBLICO-ALVO

Podemos definir *stakeholders* da seguinte forma:

(...) any group or individual who is affected by or can affect the achievement of an organization's objectives.

[*The Blackwell Handbook of Strategic Management*, 2005, página 189]

Neste sentido, e enquadrando a definição no contexto de um projecto e para este trabalho, podemos considerar como *stakeholders* todos aqueles que sejam afectados pela (ou que possam afectar a) conclusão do projecto em causa. Para este trabalho, e tendo em conta as características do projecto em causa, considero que os agentes que mais seriam afectados ou que poderiam afectar uma intervenção sobre o Forte de Santa Apolónia (ou seja, os *stakeholders* do projecto) seriam:

- **A Junta de Freguesia da Penha de França:** o Baluarte de Santa Apolónia aparece na lista dos principais pontos de interesse da freguesia¹⁴. Uma reabilitação do espaço iria valorizar este património nacional, o que contribuiria para a valorização de toda a freguesia, podendo contribuir para um aumento do turismo e da situação socio-económica desta. Esta seria a entidade pública que mais beneficiaria desta intervenção, visto o Forte de Santa Apolónia localizar-se na Penha de França.

¹⁴ Fonte: <http://www.jf-penhafranca.pt/index.php/freguesia/historia-e-mapa>
[Data de consulta: 21 de Maio de 2017]

- **Direção Geral do Património Cultural e a Câmara Municipal de Lisboa:** a DGPC e a CML são as outras entidades públicas que interviriam de forma mais directa numa intervenção sobre o Forte, visto partilharem com a Junta de Freguesia da Penha de França a responsabilidade pelo bem cultural em questão. Sendo assim, teriam também benefícios com uma valorização do Forte de Santa Apolónia.
- **Os moradores das zonas envolventes:** em primeiro lugar, são estes que mais contactam com o espaço degradado do Forte, sentindo de forma mais próxima a necessidade de uma intervenção. Em segundo lugar porque seriam estes que, mais beneficiariam de uma valorização do espaço e da criação de um espaço verde e de lazer, que contribuiria também para a melhoria da qualidade de vida de toda a freguesia.
- **Agentes económicos das zonas envolventes:** uma intervenção sobre o Forte poderia contribuir para aumentar o turismo na zona, o que teria um impacto positivo sobre o comércio local, contribuindo positivamente para a estrutura económica de toda a Freguesia

O público-alvo, por outro lado, seria principalmente os moradores das zonas habitacionais envolventes. Seriam estas pessoas que beneficiariam de forma mais directa da reabilitação do espaço, podendo aproveitar a criação do novo espaço verde e de lazer da zona. Os turistas também seriam um dos público-alvos, visto que a Junta de Freguesia quer aumentar o fluxo turístico na freguesia.

4 PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

Uma intervenção sobre o Forte de Santa Apolónia, como já referi anteriormente, seria planeada à luz de dois aspectos essenciais: a preservação dos elementos que restam da estrutura original do Forte e a valorização do espaço sobre o mesmo, com vista a melhorar todo o espaço urbano envolvente. As propostas que aqui apresento são enquadradas nestes dois aspectos e naquilo que, após reuniões que tive com a Junta de Freguesia da Penha de França, me foi transmitido como sendo o objectivo da mesma para o espaço em discussão. As propostas aqui apresentadas têm também em consideração soluções encontradas para outros espaços em Lisboa, bem como o que está previsto na lei para a proteção e valorização do património cultural classificado. Este, para além de, como já foi referido, prever a proteção e preservação do património por parte das entidades responsáveis, também prevê a valorização do mesmo, visando assegurar o acesso de todos à fruição cultural, vivificar a identidade cultural comum, promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local e defender a qualidade ambiental e paisagística¹⁵. As propostas apresentadas, para além de preservarem e protegerem o Forte de Santa Apolónia, também contribuiriam para o aumento do usufruto do espaço pelos moradores e turistas, dando-lhes oportunidade de conhecerem e entrarem em contacto com património histórico nacional.

O estado avançado de degradação do Forte, bem como o facto de estar construído em cima do mesmo um edifício habitacional, cria determinadas condicionantes que têm de ser consideradas antes de se realizar qualquer intervenção. Sendo assim, a proposta que apresento neste trabalho foca-se principalmente na preservação das muralhas. Esta seria, idealmente, feita de forma a alterar o mínimo possível a estrutura restante do Forte, mas simultaneamente limpando e restaurando as muralhas. Poderia também ser criado um passadiço sobre as muralhas de forma a preservar a estrutura no futuro, mas que permitisse a subida para as mesmas de forma segura e poderem apreciar a vista que o Forte tem sobre o rio Tejo e a margem sul. Após a preservação das muralhas, e de forma a garantir que os visitantes do Forte pudessem estar informados sobre a história e valor patrimonial daquele espaço, sugiro a colocação de uma placa perto das muralhas que explique um pouco da história do Forte. Esta solução foi aplicada no espaço do Baluarte do Livramento, em Alcântara. Sendo a estrutura deste baluarte já quase inexistente, foi colocada ao pé do que resta das muralhas uma placa que identifica o local, e o que costumava erguer-se no mesmo.

¹⁵ De acordo com o Artigo 12º, alínea 1 da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

No que toca ao espaço sobre o Forte, a proposta que apresento neste trabalho consiste, como já referi, na criação de um espaço verde e de lazer. A criação deste espaço implicaria a remoção das hortas comunitárias e o tratamento do espaço verde de forma a criar-se um espaço mais agradável (por exemplo, com relvado) para a população. No caso de ser impossível a remoção das hortas comunitárias, sugiro que se aproveite o espaço restante como espaço verde e de lazer, também com relvado, e mantendo os bancos de jardim já existentes.

Por fim sugiro também que, após a preservação das muralhas e criação do espaço verde, se introduza o Forte de Santa Apolónia na lista de miradouros de Lisboa. A vista que tem sobre o rio Tejo permitia a apreciação do espaço como miradouro, contribuindo para a valorização do mesmo. Estando presente nesta lista também dá a conhecer o Forte a turistas que visitem Lisboa, contribuindo para a resolução da Junta de Freguesia de aumentar o turismo na Penha de França, o que teria, muito provavelmente, um impacto positivo no comércio local.

5 CONCLUSÃO

Realizando o enquadramento legal para este trabalho e do Forte de Santa Apolónia, conclui que, de facto, o Forte é um bem patrimonial com relevância e interesse nacional. Sendo o último exemplar de fortificações terrestres seiscentistas, é uma parte integrante da história de Portugal e de Lisboa, e justifica-se a sua classificação como IIP em 1996. No entanto, apesar desta classificação implicar responsabilidades de proteção e valorização do Forte, de acordo com a legislação do património definida no site da DGPC, pouco se fez no sentido de seguir estas directrizes. Como resultado do abandono (não só desde 1996, mas desde muito antes) o Forte de Santa Apolónia encontra-se atualmente num estado de degradação extremamente avançado, restando pouco da sua estrutura original. As intervenções realizadas consistiram em pouco mais do que impedir danos materiais e pessoais, e o plano de intervenção mais complexo que foi proposto (previsto nos Termos de Referência do Plano de Pormenor da Calçada das Lajes) nunca chegou a ser concretizado.

O estado de degradação do Forte de Santa Apolónia, facto com que me deparo diariamente, foi o motivo que me levou a realizar a análise que apresento neste trabalho. Na realização do mesmo tentei contactar a CML e a DGPC, mas nunca obtive resposta. Esta falta de contacto limitou a minha pesquisa por planos, propostas e estudos oficiais, que se limitou aos sites oficiais e ao que está disponível no Centro de Informação Urbana de Lisboa. Esta pesquisa teve, como é possível observar no trabalho, poucos frutos, e sou forçada a concluir que o Forte de Santa Apolónia nunca foi objecto de estudos compreensivos e propostas de intervenção (para além dos Termos de Referência do Plano de Pormenor da Calçada das Lajes, que já mencionei). A única entidade pública com a qual consegui entrar em contacto foi a Junta de Freguesia da Penha de França, com a qual me reuni. Nesta reunião fui informada de que está em estudo uma reapreciação da situação do Forte de Santa Apolónia e o planeamento de uma intervenção mais completa.

Saliento novamente o facto de, não sendo uma técnica legalmente reconhecida para tal, não sou qualificada para a realização de um projecto de intervenção sobre um bem cultural classificado como é o Forte de Santa Apolónia. As propostas e conclusões que apresento, para além de terem um cariz de opinião pessoal, foram principalmente baseadas em directrizes legislativas oficiais, nas propostas de partes interessadas numa intervenção sobre o Forte e em propostas e discussões anteriores. Sendo assim considero que se justifica uma intervenção que preveja a preservação dos elementos que restam da estrutura original do Forte e uma valorização do espaço que contribua para a valorização do tecido urbano envolvente. Acredito também que as propostas que apresentei neste trabalho vão neste sentido, e que

contribuiriam para a valorização do Forte de Santa Apolónia como património imóvel nacional, trazendo vantagens para os moradores da zona e para as entidades responsáveis pelo Forte e pela zona onde este está inserido.

6 BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA

6.1 BIBLIOGRAFIA

Livros

- | Cerezuela, D., *Diseno y evaluación de proyectos culturales: de la idea a la acción*, 4ª edição, Ariel, Barcelona, 2007
- | Ribeiro, J., *Em Busca... da Freguesia de São João*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1993
- | Hitt, M.A., Freeman, R.E., Harrison, J.S., *The Blackwell Handbook of Strategic Management*, Blackwell Publishing Ltd, 2005

Documentos públicos

- | Plano de Pormenor da Calçada das Lajes – Termos de Referência (Dezembro, 2009)
- | Diário da República, Decreto n.º 2/96 (6 de Março de 1996)
- | Diário da República, Aviso n.º 5582/2010 (17 de Março de 2010)
- | Carta dos BIP/ZIP: Bairros e zonas de intervenção prioritária de Lisboa – Relatório da Consulta Pública – Anexo A (Novembro de 2010)
- | Lei nº 107/2001 – Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural (8 de Setembro de 2010)

6.2 WEBGRAFIA

Sites consultados com frequência ao longo do semestre

- | <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/forte-ou-baluarte-de-santa-apolonia-restos>
- | <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73741>
- | http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3032
- | <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>
- | <http://www.jf-penhafranca.pt/>

Sites consultados pontualmente ao longo do semestre

- | <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/concurso-hortas-sociais-santa-apolonia-ate-15-de-janeiro>
 - Data de consulta: 10 de Maio de 2017
- | <http://ocorvo.pt/2016/12/23/penha-de-franca-tambem-quer-passar-a-beneficiar-da-onda-turistica-de-lisboa/>
 - Data de consulta: 31 de Maio de 2017
- | <http://expressodoorient.com/executivo-camarario-ouve-municipes-da-penha-de-franca-e-sao-vice/>
 - Data de consulta: 10 de Maio de 2017
- | <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/baluartede-livramento>
 - Data de consulta: 31 de Maio de 2017
- | <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=174400>
 - Data de consulta: 31 de Maio de 2017
- | <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>
 - Data de consulta: 10 de Junho de 2017
- | <https://maislisboa.wordpress.com/2014/09/26/actualizacao-sobre-o-estado-do-baluartede-santa-apolonia-penha-de-franca/>
 - Data de consulta: 13 de Junho de 2017
- | <https://op.lisboaparticipa.pt/op/propostas/5740d94f07b0ef0900300dcb>
 - Data de consulta: 13 de Junho de 2017
- | <http://expressodoorient.com/nova-presidente-na-penha-de-franca/>
 - Data de consulta: 14 de Junho de 2017

7 ANEXOS

A. Fotografias do Forte de Santa Apolónia - 2017



Fotografia 1 – Muralhas do Forte de Santa Apolónia (pormenor)
Fonte: Fotografia da autora



Fotografia 2 – Muralhas do Forte de Santa Apolónia (pormenor)
Fonte: Fotografia da autora



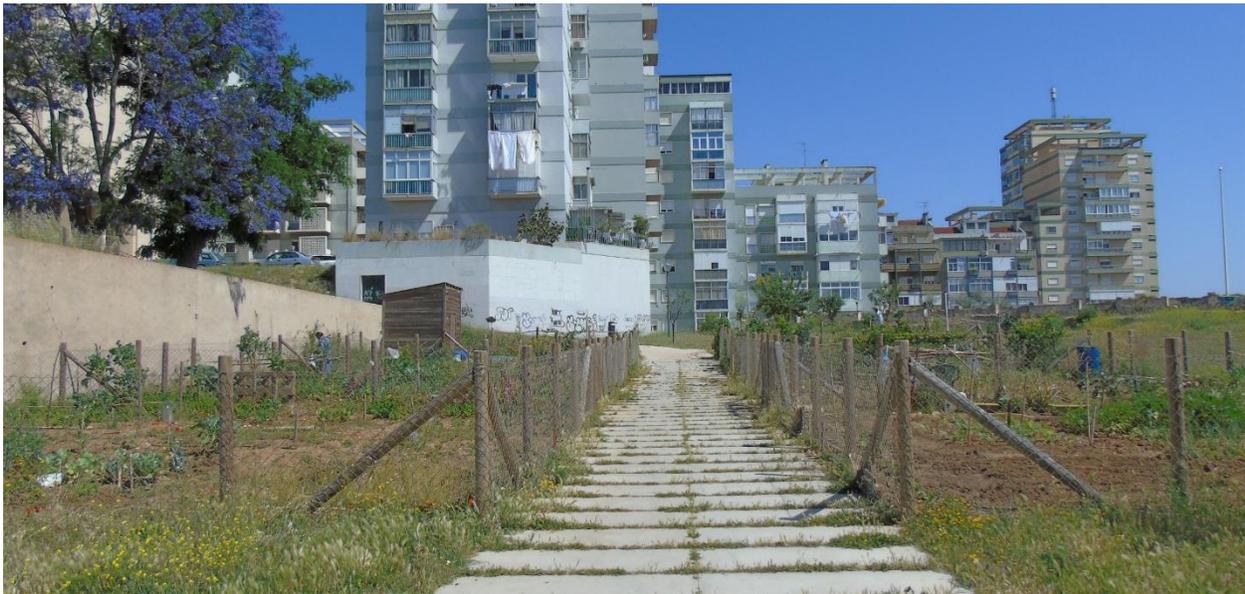
Fotografia 3 – Muralhas do Forte de Santa Apolónia (pormenor)
Fonte: Fotografia da autora



Fotografia 4 – Muros de cimento sobre o Forte de Santa Apolónia
Fonte: Fotografia da autora



Fotografia 5 – Muro de cimento
Fonte: Fotografia da autora



Fotografia 6 – Hortas comunitárias sobre o Forte de Santa Apolónia
Fonte: Fotografia da autora